

HISTÓRIA, MEMÓRIA E O IMPÉRIO DO BRASIL: JANUÁRIO DA CUNHA BARBOSA, KARL VON MARTIUS E A CRIAÇÃO DE UM PASSADO PARA O BRASIL

ANDRÉ FERTIG¹

Resumo

O presente artigo visa analisar as primeiras reflexões sobre o papel do historiador e da história presentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no contexto de sua fundação, logo após 1838. Através do foco em dois casos, os textos de Januário Cunha Barbosa e Karl von Martius, pretendemos demonstrar quais eram suas propostas, enquanto membros do Instituto, acerca da história do Brasil que deveria ser produzida no Brasil do século XIX. Além disso, abordaremos qual a relação entre o IHGB, os textos de Barbosa e von Martius e o processo de construção do Estado imperial brasileiro que estava em curso.

Palavras-chave: historiografia brasileira, Estado imperial, identidade nacional.

Abstract

This article aims to analyze the first reflections about the historian's role and of the present History on the Historical and Geographical Brazilian Institute (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB), on its foundation context, short time after 1838. Through the focus on two cases – the Januário Cunha Barbosa and Karl von Martius texts – we intend demonstrate their propositions, as Institute members, about the Brazilian History, which would be produced on XIX Century. Beyond this, we approach the relation between IHGB, Barbosa and von Martius texts and the process – which was in course – of Brazilian Empire State's construction.

Key Words: Brazilian historiography, Brazilian Empire State, national identity.

Não há um passado fixo, idêntico, a ser esgotado pela história. (...) O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o eu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza. (REIS, José Carlos. As identidades do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.9.)

Este artigo pretende focar algumas características importantes dos momentos iniciais da escrita da história brasileira a partir da consolidação do Estado imperial, principalmente com a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável pelas primeiras tentativas de reconstrução do passado histórico do país com o objetivo de produzir uma identidade nacional.

Com tal finalidade analisaremos dois textos. Primeiramente, o artigo “Qual seria hoje o melhor systema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões”, do Cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos idealizadores do Instituto. Este artigo foi apresentado em sessão do IHGB em 25 de janeiro de 1840. Logo após, nos deteremos na dissertação de Karl Philipp von Martius, intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”, premiada pelo IHGB como o

¹ Doutor pelo PPG em história da UFRGS e professor do curso de história da UFSM.

melhor plano para a escrita da história do Brasil e publicada na revista do Instituto em 1845. Escolhemos estes dois trabalhos porque eles possuem justamente o teor de projetar que tipo de passado, memória e historiografia deveriam ser produzidos naquele momento em que se estava construindo o Estado nacional brasileiro.

Januário da Cunha Barbosa e a criação de um símbolo nacional: a memória idealizada

Uma tendência geral e significativa da historiografia produzida ao longo do século XIX foi estar intimamente relacionada a construção do Estado nacional. Realizava-se, portanto, uma história oficial, patrocinada pelo poder público e fiel a ele. No caso brasileiro não foi diferente. Segundo Manoel Luis Salgado Guimarães, “é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada”.²

No Império do Brasil a historiografia que começava a ser produzida era aquela vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838. Estabelecido o instituto só restava criar um passado para o jovem país. No entanto, este passado certamente teria de ser um passado do qual o Império pudesse se vangloriar, pois desta maneira a história cumpriria o papel para o qual ela havia sido fundada: auxiliar decisivamente para o projeto de centralização política, justificando o modelo de constituição do Estado que previa o fortalecimento do poder executivo na figura do imperador, a alta centralização de poder, a manutenção da unidade territorial e a continuidade da ordem social interna, fundamentada, entre outros elementos, no escravismo e no latifúndio.

Esta íntima relação entre a implementação de um projeto político conserva-

dor e a criação de uma história nacional fez com que a consolidação do Estado imperial passasse também pela criação de uma memória nacional que proporcionaria ou tentaria forjar uma identidade para o país. Sobre a importância do IHGB para o processo de construção simbólica do Estado nacional, por intermédio da elaboração de uma identidade cultural para o Brasil, afirma Lília M. Schwarcz, em biografia sobre a construção da imagem de D. Pedro II:

É, portanto, a partir dos anos 50 que o imperador passa a tomar parte de um projeto maior: assegurar não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura. Se no plano da política externa uma monarquia encravada bem dentro do continente americano gerava desconfianças, mesmo internamente era também preciso criar uma identidade.(...) Na verdade, composto, em sua maior parte, da “boa elite” da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais.³

Cabe salientar que este projeto de criação de uma identidade nacional também seria realizado pela literatura romântica de Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, entre outros.⁴

Todavia, nossa preocupação momentânea é com a historiografia que se produziu nesta conjuntura. É na historiografia que, antes mesmo da literatura romântica, se elegeu o indígena como símbolo da nova nação brasileira. Como afirmou Arno Wehling,

³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 126-127.

⁴ Em relação ao papel da literatura romântica indianista na defesa do jovem Estado imperial, na idealização do indígena enquanto símbolo nacional e sobre os limites tênues entre literatura e história em meados do século XIX no Brasil ver o artigo de PUNTONI, Pedro. *A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães, a poética da história e a historiografia do Império*. *Novos Estudos/Cebrap*. São Paulo, n. 45, p. 119-130, jul.1996.

² GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 6.

imbuídos de ideais românticos e nacionalistas, os historiadores do IHGB idealizaram o passado histórico brasileiro, buscando na natureza as peculiaridades que proporcionariam uma identidade nacional ao país em formação. Os fundadores do Instituto, segundo Wehling, não dispendo de um passado medieval, recorreram à temática indígena para reconstituir a história e constituir uma identidade nacional.⁵ Januário da Cunha Barbosa representou muito bem esta tendência. O cônego, que foi o primeiro secretário do IHGB, preocupou-se com a temática indígena em seu texto “Qual seria o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões”, buscando criar um símbolo para nosso passado através da figura do indígena. Sabemos que, todo passado, de acordo com a historiografia da época, vinculada ao romantismo e nacionalismo, necessitava de personagens idealizados para marcar as características particulares da nação, fortalecendo assim a identidade cultural e auxiliando na construção do Estado. Como observa com pertinência Schwarcz, “em uma situação de consolidação do projeto monárquico, a criação de uma determinada memória passa a ser uma questão quase estratégica”.⁶

Com o destaque da temática indígena na historiografia havia uma questão importante em pauta: a idealização do passado colonial brasileiro na busca de suas potencialidades que pudessem vislumbrar um futuro promissor. O elogio a um indígena estilizado, para não dizer europeizado e civilizado, enfim, romantizado, tornava-se o instrumento de construção de uma memória positiva do nosso passado, oferecendo assim a esperança de um futuro dignificante.

Em sessão do IHGB, a 24 de agosto de 1839, o cônego Januário da Cunha Barbosa via potencialidades civilizatórias no índio brasileiro. Seu projeto era integrar o nativo à nova civilização pretendida pelo Império em constituição. Para tanto, o cô-

nego criticava aqueles que tinham concebido os índios como feras ou como homens criados para nos servirem de bestas de carga e valorizava extremamente a religião como instrumento civilizatório:

Sou de opinião que a catequese é o meio o mais efficaz, e talvez único, de trazer os Índios da barbaridade de suas brenhas aos comandos da sociabilidade. (...) os Índios do Brasil mais se domesticam pela catequese do que pelas armas.⁷

Na opinião de Barbosa, a catequese seria o meio de inculcar no indígena a moral do trabalho e também a valorização da propriedade privada e da prática comercial, idéias tão fundamentais à sociedade européia e a elite em formação no Brasil do século XIX. Como percebemos, pelas palavras do cônego, é factível identificarmos o lugar que caberia ao índio na nova nação em formação, se acaso quisesse ser integrado a ela:

A prudência aconselha neste caso, que fazendo-os entrar no conhecimento dos commodos da sociedade, elles irão sahindo melhor do estado da natureza, amando a propriedade, e formando estabelecimentos, e povoações debaixo de certas relações policiaes, que a Religião fará respeitáveis.(...) Creadas as primeiras necessidades nos indígenas, devem-se também crear logo os meios necessários á sua prompta satisfação; e estes consistem no estabelecimento de officinas grosseiras, que sirvam também de escola aos indígenas aldeados, e lhes persuadam o amor do trabalho.⁸

Sem dúvida, Januário da Cunha Barbosa apresentava os indígenas com capacidade de se integrarem no projeto de construção do Estado nacional brasileiro. Todavia, esta integração era pensada a partir da aculturação e aceitação pelos nativos dos valores da sociedade “civilizada” européia

⁵ WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 36-37.

⁶ SCHWARCZ, op. cit. p. 128.

⁷ BARBOSA, Januário da Cunha, *Qual seria o melhor systema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões?* RIHGB, Rio de Janeiro, v. 2, out./dez., 1840, p. 3-5.

⁸ *Ibidem*, p. 16-17.

e, por que não dizer, luso-brasileira da época, já que ao longo da fala do cônego se destacavam dois valores importantes que deveriam passar a fazer parte do imaginário indígena: a valorização do trabalho e a noção de propriedade. Ou seja, o processo de constituição de uma nacionalidade não passava pelo contraste com à antiga metrópole, no caso Portugal. Pelo contrário, cabia ao Estado imperial a mesma missão civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.

Von Martius e o projeto de uma história nacional: a memória seletiva como tática do esquecimento

Se o Brasil precisava de um passado, em 1840 o IHGB se encarregou de promover um concurso que premiaria o melhor projeto para a escrita da história do passado brasileiro. Quem venceu foi o botânico e viajante alemão Karl Philipp von Martius, com a monografia intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1845.

Von Martius propunha a primeira interpretação do Brasil, que teria a responsabilidade de dar um formato ao caráter nacional do Brasil, de tentar forjar, através da historiografia, uma identidade ao país nascente. Este objetivo ele contemplava ao afirmar que a singularidade da história brasileira estava relacionada a presença de três raças formadoras da sociedade colonial na América portuguesa. Na ordem proposta por ele, tínhamos os índios, “a raça de cor de cobre”, segundo suas palavras; os portugueses e, por último, os negros africanos. A mescla destas três raças, segundo von Martius, proporcionaria uma definição de identidade à jovem nação e seria responsável pela construção de um novo povo e uma nova nação. Esta seria uma condição, a rigor, imprescindível para a consolidação do Estado nacional.

Embora defensor da miscigenação social, von Martius estabelecia uma nítida hierarquia racial na execução desta mistura.

Segundo ele, cabia ao português, no intuito de formar uma nova nação, a direção e a importância maior neste processo de miscigenação. Falando de um desenvolvimento comum, que seria determinado pela mistura racial, afirma Martius:

Disso necessariamente se segue o português que, como descobridor, conquistador e senhor, poderosamente influenciou naquele desenvolvimento; o português que deu as condições morais e físicas para um reino independente; que o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor. (...) O sangue português, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica.⁹

Neste projeto de história nacional proposto por von Martius, que afirmava o caráter singular da história brasileira na presença de negros, índios e portugueses, havia a defesa de que as raças inferiores, ou seja, índios e negros, acabariam incorporadas à raça européia e civilizada. O que significava, no caso brasileiro, que o futuro seria branco e português.

Mesmo preocupado em indagar se a presença do negro proporcionou um desenvolvimento melhor ou pior da história brasileira, von Martius se abstém de respondê-la, jogando a questão para futuros historiadores. Sua preocupação maior, sem dúvida, era a investigação sobre o tráfico negreiro, sua organização e influência na história de Portugal e do Brasil colonial, o que demonstra que ele não estava realmente preocupado com a condição do negro africano, mas em determinar em que dimensão este elemento seria responsável pela definição do caráter de nossa formação nacional. Mais de uma vez ele advogava a inclusão do índio e do negro africano na escrita da história. No entanto, esta inclusão era concebida a partir de uma perspectiva que subordinava o papel de índios e negros, como podemos perceber através desta fala:

⁹ MARTIUS, Karl Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil? *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1953, p. 188-189.

Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática¹⁰, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etíópica e índia.¹¹

Em seu projeto de história, von Martius enfatizava que os historiadores deveriam estudar os indígenas, suas manifestações, sua língua, bem como precisavam ser feitas comparações com outros povos. Porém, quanto ao negro africano e sua contribuição para a história brasileira, havia um silêncio que parecia ser proposital. Embora salientando a necessidade da história considerar todos os que formavam e faziam parte da sociedade brasileira, cabia pouco espaço, no projeto de história de von Martius, ao negro.

Este silêncio ou “esquecimento” podia, quem sabe, estar relacionado à tendência da época em considerar o negro como fator de impedimento para um país tornar-se civilizado, já que o modelo de civilização era o europeu e branco. Além do que, estava em questão a formulação de uma história nacional que servisse de fundamento para justificar a consolidação do Estado imperial e seu modelo de nação que, como sabemos, inspirava-se totalmente, no modelo europeu.

Na defesa do projeto imperial bragantino, von Martius acreditava que a história deveria servir como elemento integrador do país, principalmente em consideração a recente experiência de momentos conturbados como aqueles das décadas de 1830 e 1840, marcados por conflitos políticos e rebeliões nas províncias que ameaçavam o programa de centralização política e a manutenção da unidade nacional e da ordem social, objetivos primordiais àqueles

que promoviam o regresso conservador desde 1837.

A concepção de história de von Martius, segundo interpretação de José Carlos Reis:

(...) considera que o historiador do Brasil deverá fazer uma história da unidade brasileira. A história do Brasil deverá ser centralizada no imperador. Apesar da variedade de usos e costumes, dos climas, das atividades econômicas, das raças e da extensão territorial, o historiador deverá enfatizar a unidade. À diferença, ele deverá dar um tratamento comum.¹²

Esta interpretação de Reis é sugestiva do projeto de história proposto por von Martius, que previa apagar da memória as diferenças regionais, assim como, segundo a visão do naturalista alemão, as diferenças étnicas seriam apagadas e englobadas pelo homem branco. Tratava-se da tentativa de enfatizar a unidade nacional a qualquer custo, tarefa que o Império havia atribuído a sua elite intelectual e que o IHGB fazia questão de cumprir. Segundo Pedro Puntoni, o Império “tinha de desdobrar-se para costurar as diversidades regionais num todo, cujo sentido deveria ser traçado, não só numa literatura, mas numa história geral a ser escrita”.¹³

Para von Martius, que era plenamente de acordo com a idéia de uma história geral do Brasil que deveria ser formulada para atender as necessidades do poder imperial, precisávamos de um “historiador patriótico”, segundo expressão formulada por ele mesmo, ou seja, de um intelectual que produzisse um passado de acordo com a vontade do poder institucional, esquecendo e apagando da memória tudo que fosse inconveniente ou dificultasse a implementação do Estado imperial e seus fundamentos. Entre os fundamentos do Império, defendidos pelo botânico alemão, estava a es-

¹⁰ Uma história pragmática, segundo concepção da época, era uma história que servisse de orientação para a sociedade do presente. Para melhor compreensão deste tema ver a obra aqui já citada anteriormente: WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, mais especificamente o primeiro capítulo deste texto.

¹¹ *Ibidem*, p. 201.

¹² REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 27.

¹³ PUNTONI, op. cit. p. 121.

criado, dizendo que necessitávamos de uma Monarquia constitucional para a manutenção da ordem em um país com grande quantidade de escravos.¹⁴

Como vimos, tanto o cônego Januário da Cunha Barbosa quanto o naturalista alemão von Martius foram responsáveis em apresentar propostas e iniciar a recuperação do passado nos princípios do Segundo Reinado, justamente em um momento de afirmação de um projeto político que procurava o fortalecimento do Estado, a centralização política e a manutenção da ordem interna, vista como a conservação da unidade territorial, contendo os interesses regionais, e a preservação da ordem social, sem ameaças de levantes de escravos.

Como frisamos em outros momentos deste artigo, tratava-se da construção do Estado imperial brasileiro paralelamente a criação de uma história para a jovem nação, pois ocorria a elaboração de uma história nacional ao mesmo tempo em que se estava constituindo o Estado e uma identidade nacional.

Para a execução deste processo, como nos diz David Lowenthal, recordar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade, na medida em que saber o que éramos confirma o que somos. Um país recém independente precisava recordar e, mais do que isso, criar uma memória sobre o seu passado, forjando com isto sua identidade nacional, elemento decisivo para consolidação do poder institucional e do próprio Estado nacional.¹⁵

Neste sentido, saber o que éramos significava ter os índios como temática privilegiada, não importando se estes personagens seriam recuperados em uma aproximação mais factível com a realidade do passado ou não, mas que pudessem servir como elo de ligação com o passado e como componente mobilizador para a criação de uma identidade nacional brasileira em meados do século XIX.

¹⁴ MARTIUS, op. cit. p. 204.

¹⁵ LOWENTHAL, David. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal, 1998, p. 288 e seguintes.

O uso do conhecimento do passado por Januário da Cunha Barbosa e von Martius, através do que eles acreditavam que pudesse ser lembrado e esquecido da história do Brasil, determinava uma seleção e idealização do passado, sempre com o objetivo de acomodar as coisas que se recordavam às necessidades do presente. É como se a memória que a nova nação quisesse recuperar, segundo quem escrevia a história, devesse considerar o menos possível personagens e processos históricos que fossem depreciativos ou não estivessem incorporados no projeto imperial bragantino e seu modelo de sociedade e Estado.

Compreendemos que um passado falso, idealizado, pode ser tão crível e mobilizador quanto um verdadeiro, muitas vezes até mais convincente, já que a criação de uma memória sobre o passado pode reunir elementos muito mais persuasivos para o convencimento de sua audiência. Assim como aquele senhor de avançada idade que, para se convencer de que sua vida valeu a pena, recorda exclusivamente experiências e aspectos agradáveis de seu passado, vangloriando-se de sua história pessoal, também o Brasil recém independente, no início do Segundo Reinado, desejou produzir uma memória seletiva e idealizada sobre seu passado, recordando os elementos positivos, mistificando outros e esquecendo o que naquele contexto eram consideradas as suas mazelas e que pudessem atrapalhar o projeto de formação de um pretendido grande Império. Era o caso de von Martius, que tentava esquecer ou minimizar bastante a contribuição e a presença do negro africano no passado colonial brasileiro ou de Januário da Cunha Barbosa, que defendia a integração à nação brasileira de um indígena europeizado, civilizado, enfim, domesticado pela colonização portuguesa.

Neste sentido, podemos dizer que através do IHGB desenvolveu-se uma historiografia que cumpriu seus intentos, fabricando um passado "louvável" para o Brasil, que deveria ser lembrado e cultivado por todos. De caráter oficial e nacionalista, como era usual no século XIX, esta

escrita da história atuou no sentido de selecionar, idealizar, em última instância, inventar um passado para o Brasil, pretendendo forjar, assim, uma identidade nacional para os “brasileiros”. De qualquer maneira, ela acabou por auxiliar na formação da nacionalidade brasileira e, em última instância, na consolidação do Estado, ficando bem caracterizada como uma historiografia oficial, completamente vinculada e subordinada aos interesses do poder imperial.

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios enclausurados em nossos sertões? *RIHGB*, Rio de Janeiro, p. 3-18, 1840.
- GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- LOWWENTHAL, David. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal, 1998.
- MARTIUS, Karl Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil? *RIHGB*, Rio de Janeiro, p. 187-205, 1953.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães, a poética da história e a historiografia do Império. *Novos Estudos/Cebrap*. São Paulo, n. 45, p. 119-130, jul.1996.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- STEIN, Stanley. A historiografia brasileira (1808-1889). *Revista de História*. São Paulo, USP, n. 29, p. 81-131, 1964.
- WEHLING, Arno. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. As origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 338, p. 7-16, jan-mar.1983.